

Educação do corpo - bailes no Rio de Janeiro do século XIX: o olhar de Paranhos

Victor Andrade de Melo¹

Resumo

Muitos autores consideram os anos 1850 como um marco na história brasileira, pois foi um período em que se conformou, em diferentes âmbitos, uma estabilidade que permitiu avançar, de forma mais efetiva, o processo de construção da nação independente. Na capital, que se tornou foco irradiador de novas modas e costumes, gestou-se uma dinâmica social mais mundana, uma maior estruturação do comércio de *luxos* e entretenimentos. Ao estudar esse período da história brasileira, este artigo tem por objetivo discutir os aspectos educacionais que cercavam uma das atividades comumente promovidas no Rio de Janeiro de meados do século XIX, os bailes, a partir do olhar de um importante personagem do Império: José Maria da Silva Paranhos. Trata-se de uma pesquisa histórica que utilizou como fontes 47 crônicas da série *Cartas ao amigo ausente*, publicadas no Jornal do Commercio entre os anos de 1850 e 1851. Ao final, conclui-se que a visão de Paranhos a respeito dos bailes tem relação direta com sua percepção e seus projetos para o país. Os eventos dançantes não eram concebidos somente como um divertimento, mas, a seu ver, eram também ocasiões que contribuíam para forjar e fortalecer uma sociedade civil, composta por distintos setores da elite nacional, que poderia conduzir o Brasil a um futuro alvissareiro, marcado pelas ideias de civilização e progresso. Os posicionamentos de Paranhos ajudam a entender os bailes como uma estratégia de educação do corpo a partir de três princípios: eficácia, propriedade e identidade.

Palavras-chave

Bailes – Dança – Educação do corpo.

¹- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Contato: victor.a.melo@uol.com.br

Body education – social dance in 19th century Rio de Janeiro city: Paranhos’ point of view

Victor Andrade de Melo¹

Abstract

Many authors consider the 1850s a milestone in Brazilian history, because it was a period in which stability arose in different areas, which enabled more effective progress in the process of building an independent nation. The capital (Rio de Janeiro city), which disseminated new trends and customs, nurtured a more mundane social dynamics, and a greater structuring of the trade in luxuries and entertainment. By studying this period of Brazilian history, this article aims to discuss the educational aspects of one of the activities commonly promoted in Rio de Janeiro in the mid-nineteenth century, the dance balls, from the point of view of an important personage of the Brazilian Empire: José Maria da Silva Paranhos. The sources of this historical investigation have been 47 chronicles from the series Cartas ao amigo ausente (Letters to an absent friend), written by Paranhos and published in Jornal do Commercio between 1850 and 1851. The study concludes that Paranhos’ view of the balls is directly related to his perception and his projects for the country. He perceived the dance events not only as entertainment, but also as occasions that helped to shape and strengthen a civil society composed of different sectors of the national elite, which could lead Brazil to an auspicious future, marked by the ideas of civilization and progress. Paranhos’ positions help understand the dances as a strategy for body education based on three principles: effectiveness, ownership and identity.

Keywords

Balls – Social dance – Body education.

1 - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Contact: victor.a.melo@uol.com.br

Introdução

E se não fossem os bailes, o que seria do bom povo fluminense?

José Maria da Silva Paranhos

Carvalho (2012) e Chalhoub (2012), entre outros autores, consideram os anos 1850 como um marco na história brasileira. Tendo surtido efeito a estratégia da antecipação da maioria de Pedro II (1840), conformou-se, em diferentes âmbitos, uma estabilidade que permitiu avançar, de forma mais efetiva, o processo de construção da nação independente.

Ainda que persistissem resistências e ocorrências contraditórias, como a manutenção da escravidão, foi o período em que mais bem delineou-se o processo de modernização que, de alguma forma, já vinha sendo entabulado desde a chegada da família real portuguesa (1808). Constroem-se discursos de que o Brasil deveria ser reconhecido pelo seu caráter civilizado e pela adesão à ideia de progresso (SCHWARCZ, 1998).

Impactos desse processo são claramente observáveis no município neutro da corte, que se tornou o espaço das principais experiências de modernização do país, foco irradiador de novas modas e costumes. Gestou-se no Rio de Janeiro uma dinâmica social mais mundana, uma maior estruturação do comércio de *luxos* e entretenimentos, relacionados, inclusive, à conformação de uma sociedade civil que desejava (e precisava) expor publicamente seus símbolos de *status* e distinção. Tornaram-se mais valorizadas as atividades públicas de convivência, quase uma obrigação para os que desejavam ser reconhecidos em certos círculos sociais:

[...] é na capital, durante os anos de 1840 e 1860, que se cria uma febre de bailes, concertos, reuniões e festas. A corte se opõe à província, arrogando-se o papel de informar os melhores hábitos de civilidade, tudo isso aliado à importação dos bens culturais reificados nos produtos ingleses e franceses (SCHWARCZ, 1998, p. 111).

Nesse contexto, de um lado, adotaram-se costumes mais distendidos, frutos, inclusive, dos mais frequentes contatos no cenário urbano. De outro lado, aumentaram as preocupações com os comportamentos a serem adotados. Todos passavam por um processo de *reeducação* frente ao novo dinamismo social.

Isso é, quando o espaço privado, sem deixar de ser importante, perde força frente ao avanço das vivências na esfera pública, novas exigências pendem sobre os indivíduos. Que comportamentos adotar? Como expressar um gosto apurado tendo em conta os novos parâmetros? Como isso se manifesta nas vestimentas, nos cumprimentos, nos gestos, nas técnicas corporais? Trata-se claramente de um processo de educação do corpo. Estou aqui dialogando com as ideias de Soares (2001, p. 110):

Os corpos são educados por toda realidade que os circunda, por todas as coisas com as quais convivem, pelas relações que se estabelecem em espaços definidos e delimitados pelos atos de conhecimento. Uma educação que se mostra como face polissêmica e se processa de modo singular: dá-se não só por palavras, mas por olhares, gestos, coisas, pelo lugar onde vivem.

Concordamos com a autora ao dizer que, por sua materialidade, esses corpos educados, ou que se pretende que assim o sejam, são uma representação da sociedade, permitindo-nos prospectar a “dinâmica de elaboração dos códigos a que devem responder”. Ao seu redor é possível compreender “as técnicas, pedagogias e instrumentos desenvolvidos para submetê-los a normas” (SOARES, 2001, p. 111). Trata-se não só de um processo que pende sobre os indivíduos, mas sim sobre a sociedade como um todo, sendo inegável seu caráter político: gestar grupos e governar comunidades passa, inequivocamente, pela necessidade de estabelecer parâmetros de educação corporal.

Nessa perspectiva, a educação do corpo se cruza com a educação das sensibilidades e dos

sentidos. Devemos ter em conta o desafio apontado por Oliveira (2012, p. 08) para melhor entender a especificidade dessa intervenção educacional:

Para tentar uma aproximação dessa dimensão da nossa humanidade, pretendemos inscrevê-la no âmbito de um conjunto de influências mutuamente complementares. A natureza, a estética, a ciência, a cultura, entendida como síntese da economia, da política, da sociedade, por mais que sua separação remeta a dificuldades que não são de fácil resolução, são os âmbitos nos quais os sentidos, a sensibilidade e sua educação podem ser percorridos pelo historiador.

Partindo dessas considerações, este estudo tem por objetivo discutir os aspectos educacionais que cercavam uma das atividades comumente promovidas no Rio de Janeiro de meados do século XIX, os bailes, a partir do olhar de um importante personagem daquele cenário: José Maria da Silva Paranhos. Trata-se de uma pesquisa histórica que utilizou como fontes 47 crônicas que o autor publicou, entre os anos de 1850 e 1851, no *Jornal do Commercio*.

Dialogando com as posições de René Remond (2003), metodologicamente este estudo transita entre a história política e a história cultural. O político é considerado como um ponto de condensação que, a partir de instituições e funções caracterizadas como estatais, se irradia para todas as outras esferas da vida social, influenciando e sendo influenciado por elas.

Assim, argumentamos que se as agências que promoviam os bailes não eram efetivamente órgãos estatais, eram, contudo, compostas por lideranças nacionais e tinham seu funcionamento de alguma forma relacionado a algumas demandas e necessidades do país.

Neste momento, cabem algumas linhas para apresentar o personagem com o qual dialogaremos. Paranhos, o futuro visconde do Rio Branco, nasceu na Bahia (em 1819). Deslocou-se para o Rio de Janeiro na década de 1830. Estudou na Academia da Marinha e na Escola Militar, de

onde se tornou professor. Inclusive em função do estrato social de sua família (que não era das mais ricas), não estabeleceu, como era comum em muitas lideranças do país, uma relação direta com a advocacia.

Desde os anos 1840, atuava na imprensa, primeiro fórum público do que viria a ser uma brilhante carreira política e diplomática: foi um dos principais estadistas do Segundo Reinado, tendo ocupado postos-chave e se envolvido com importantes acontecimentos do Império. Foi responsável por implementar uma série de reformas no país, notadamente quando esteve à frente do Conselho de Ministros, entre 1871 e 1875¹.

No *Jornal do Commercio*, Paranhos ingressou em dezembro de 1850, na condição de autor anônimo da série *Cartas ao amigo ausente*, publicada até outubro de 1851, quando viajou para o Uruguai, por motivo de serviço diplomático. Criado em 1827, tendo como foco as questões da economia, esse periódico paulatinamente foi mudando de perfil, passando também a se debruçar sobre a política e assuntos mundanos. Foi um dos mais importantes jornais do Império, sendo um dos responsáveis por implementar inovações na imprensa e por torná-la um fórum público de grande relevância (JUNQUEIRA, 2010)².

Há divergências a respeito de quem seria o pioneiro da crônica brasileira. De toda forma, a atuação de Paranhos no *Jornal do Commercio* pode ser considerada como exemplo de um cronista em ação (EWALD, 2000). O autor abordava, com cumplicidade com o leitor, o que acompanhava em todos os âmbitos na vida da corte:

Paranhos participava de todas as festas, frequentava o Prado, adorava os bailes e recomendava sempre aos que o escutavam que gozassem o mundo, porque fugaces labuntur anni (RODRIGUES, 2008, p. xviii).

1- Paranhos foi, ainda, Ministro das Relações Exteriores (1855-1857; 1858-1859), Ministro da Marinha (1853-1855; 1856-1857), Ministro da Guerra (1871) e Ministro da Fazenda (1871-1875).

2- Atuaram no *Jornal do Commercio* grandes personalidades do país. É publicado até os dias de hoje, pelo grupo Diários Associados.

Deve-se ressaltar que seus posicionamentos são uma representação, um olhar de um personagem que já era reconhecido, mas que se encontrava ainda no início de uma trajetória que lhe alçaria ao posto de um dos mais importantes do Império. Seus pontos de vista são marcados não exatamente pelo frescor da juventude, mas sim por uma ainda instável certeza de meia idade acerca dos projetos para a nação, que ele mesmo vai contribuir para operacionalizar nas décadas seguintes.

Nesse sentido, essas crônicas podem ser consideradas como “uma fonte primordial para o conhecimento do Império, num de seus períodos mais característicos” (RODRIGUES, 2008, p. X), uma “fonte autêntica, viva, diária, cotidiana, para captar o sentido, o valor, a significação, o ethos da reviravolta que se opera na década de 1850” (p. XXII). Fonseca (2007) concorda com esse ponto de vista, destacando que, nesses escritos, Paranhos discutiu seus projetos para o país a partir de um olhar de quem era egresso das fileiras das escolas militares, e não da faculdade de direito.

Consideramos, assim, produtivo prospectar seus posicionamentos acerca dos bailes e sociedades dançantes, novas organizações da sociedade civil que funcionavam mesmo como instâncias educacionais, informando os possíveis usos do corpo, dramatizando as tensões relacionadas aos projetos de grupos engajados no forjar da nação.

Devem-se considerar algumas peculiaridades dos bailes abordados por Paranhos. Inegavelmente, esses eventos frequentados pelas elites do Império dialogavam com referências que chegavam da Europa. Seria um equívoco, todavia, encará-los como uma cópia do que ocorria no velho continente. Havia, sim, movimentos de reelaboração, a incorporação de peculiaridades do jovem país que ainda iniciava seu processo de construção identitária:

É dentro dessa complexa dialética do nacional e do universal que se deve interpretar a rica produção cultural do Segundo Reinado. (CARVALHO, 2012, p. 35)

Além disso, havia ainda uma grande ruptura: “Povo e elite mantiveram-se em mundos à parte no campo cultural, assim como no mundo social e político” (CARVALHO, 2012, p. 35). A dança era uma das práticas nas quais essa separação claramente se manifestava: “o reisado, o lundu, o batuque, o maxixe contrastavam com a valsa e a polca dos salões”. (CARVALHO, 2012, p. 35).

Vejamos como se estruturava a prática da dança naquelas décadas de 1840/1850.

A sociedade fluminense dança

O baile! O baile é sempre o baile! Estas interjeições exprimem as mais sérias preocupações, os mais vivos e afetuosos sentimentos da atual sociedade fluminense.
José Maria da Silva Paranhos

Na transição dos anos 1840/1850, no Rio de Janeiro, já não era uma novidade a dança de salão, aquela que é praticada não de forma espontânea nas ruas, mas sim em espaços fechados, seguindo regras e princípios coreográficos variáveis de acordo com diferentes estilos.

Sabe-se que, já instalado no Brasil, D. João mandou vir de Portugal, em 1810, o mestre de dança Pedro Colonna (CAVALCANTI, 2004). No ano seguinte, desembarcou na colônia o francês Luis Lacombe, que passou a oferecer seus serviços de docente e a coreografar espetáculos apresentados nos teatros da Corte (SILVA, 2007).

De fato, com a chegada da família real portuguesa, em 1808, houve grandes mudanças no cotidiano colonial, notadamente no Rio de Janeiro. A vida pública se tornou mais agitada. Os bailes, seguindo padrões europeus, tornaram-se mais comuns, dinamizados por mestres que chegavam do velho continente. Eram promovidos em teatros, nas residências das elites, nas festividades da Coroa:

As danças se aperfeiçoavam com mestres entendidos. Luiz Lacombe não tinha mãos a medir e multiplicavam-se salões e saraus onde suas discípulas exibiam passes e passos de bem aprendidas graças coreográficas. Os

cabeleiros e os mestres de danças [...] gozavam de grande prestígio e maiores proveitos (PINHO, 1942, p. 15).

Em 1815, é fundada a Assembleia Portuguesa, com o objetivo de reunir pessoas influentes em torno de certos divertimentos, entre os quais bailes, previstos nos estatutos, seguindo rígidas normas de etiqueta (SILVA, 1978), uma iniciativa que não teve longa duração.

Uma nova agremiação dedicada à dança surgiu somente em 1834, presidida por um importante personagem do Império, o conselheiro Diogo Soares da Silva de Bivar. Ficou conhecida como *Bailes do Catete*, atraindo não somente membros da aristocracia, como também comerciantes, estrangeiros ligados a órgãos diplomáticos, pessoas envolvidas com os novos negócios que se estruturavam na cidade (CARDOSO, 2006). Essa sociedade teria sido uma das primeiras a abolir a grande separação que existia entre homens e mulheres nas atividades públicas (ZAMITH, 2011).

Por volta da mesma época foi criada a Assembleia Estrangeira, presidida por Marcelino José Coelho, importante liderança dos comerciantes fluminenses. Sua sede, uma casa alugada do marquês de Barbacena, também se localizava no bairro do Catete. Gozando de certo prestígio na cidade, chegou, em 1841, a oferecer o mais badalado baile em homenagem à coroação de Pedro II.

O Almirante Graham³ muitas vezes esteve nessa agremiação. Em setembro de 1835, observou a presença de cerca de 400 pessoas de “todas as classes” (HAMOND, 1984, p. 90). Em outra ocasião, em um baile à fantasia realizado em junho de 1836, chegou a comentar: “Não sei se jamais me diverti tanto, pois não me lembro de ter parado de rir um só momento” (HAMOND, 1984, p. 128).

Era, de certa maneira, uma novidade essa mistura de distintos grupos sociais (aristocracia,

comerciantes, negociantes em geral). Esse quadro gerou a necessidade de estabelecimento e aprendizado de novos comportamentos, que deveriam ser informados pelas agências educativas (notadamente a família e a escola), mediados pela imprensa, que repercutia o momento pelo qual passava a cidade.

Graham também compareceu a eventos promovidos pela Sociedade Praia-Grandense, localizada em Niterói. Ao comentar a inauguração do novo salão de baile da agremiação, foi eufórico: “o melhor que já vi até hoje” (HAMOND, 1984, p. 112). O inglês percebeu que, embora suas atividades contassem com importantes personagens do Império, o regulamento do clube sugeria que os frequentadores deveriam se vestir de maneira mais simples. Nos convites, aliás, deixava-se claro: “He proibido o luxo no trajar, e o uso de brilhantes, e pérolas” (HAMOND, 1984, p. 112). Avaliação positiva teve também outro estrangeiro que lá esteve em dia de festa, o norte-americano Charles Wilkes⁴: “Raras vezes vi tão bom gosto nos arranjos e uma sociedade tão distinta” (HAMOND, 1984, p. 197). Como observado, tratava-se de novos comportamentos públicos que deveriam ser observados pelos que desejassem se integrar à dinâmica social em construção.

Essas iniciativas dos anos 1830/1840 não alcançaram a projeção que conseguiram as agremiações criadas na década de 1840/1850. Entre tantas, algumas merecem destaque. O Cassino Fluminense foi fundado em 1845, com o fim de: “proporcionar a seus membros honestos divertimentos, por partidas de Baile e Música” (ALMANAK LAEMMERT, 1849, p. 227). A diretoria, eleita a cada dois anos, era composta por insígnies personagens do Império. O primeiro presidente foi Luiz Fortunato de Brito Abreu Souza e Menezes, desembargador e um dos grandes nomes da advocacia de seu tempo.

Essa agremiação foi, de fato, uma das mais importantes do Rio de Janeiro do século XIX (NEEDELL, 1993). Como a ela se referiu

3- Graham Eden Hamond esteve, no Rio de Janeiro, em 1825, comandando o navio que trouxe Charles Stuart, embaixador responsável por negociar o reconhecimento português da independência brasileira, e, entre 1834 e 1838, como almirante-em-chefe da esquadra do Atlântico Sul.

4- Wilkes esteve na cidade liderando uma expedição científica, a *United States Exploring Expedition*.

Paranhos na crônica do dia 27 de abril de 1851: “o aristocrático Cassino, que conta em seu seio com todas as glórias parlamentares presentes e passadas, todas as sumidades políticas e cortesãos [...]”. Sua sede da rua do Passeio foi um importante centro de encontro das elites nacionais.

Também merecem destaque, pela repercussão de suas atividades e pelos personagens que as integraram, a Sociedade Recreação Campestre, a Assembleia Fluminense e a Sociedade Amizade, mas de fato muitas eram as agremiações que promoviam bailes para diferentes estratos das elites e setores médios⁵.

Houve também espaços populares de dança que se organizaram no decorrer do século XIX. Esse é o caso do Salão do Caçador, criado em 1859, no Largo de São Domingos. Segundo Francisco Macedo, seus “frequentadores se compunham da mais ínfima espécie de rameiras e devassos” (PECHMANN, 2002, p. 315). Esse médico, tão preocupado com a moralidade pública, lembrava outros locais, a seu ver marcados pela devassidão, onde bailes eram oferecidos: Bailes do Rachado, Bailes do Ângelo, Chico Carçoço, Salão do Oriente, Fábrica de Cerveja de Mata-Cavalos.

Na verdade, a prática da dança por populares sempre sofreu restrições, notadamente quando se dava em espaço público. Pelos jornais, é comum encontrarmos indícios dessas tensões, comunicados de repressão ou solicitações de que alguma medida fosse tomada. Havia um claro processo de estabelecimento de um modelo correto de diversão, relacionado a iniciativas de controle da ordem pública, relacionadas a um perfil civilizacional que determinava o que deveria ser aceito ou não.

O perfil dos dirigentes das agremiações mais renomadas é um indicador das suas intencionalidades. As elites, que no processo de construção da nação precisavam mesmo se reconhecer como tal, utilizavam os bailes como forma de identificação e diferenciação,

ocasiões nas quais se minimizavam as tensões internas, celebravam-se alianças e acordos, estabeleciam-se distinções com quem estava fora (e entre quem estava dentro). Saber dançar, assim, passou a ser uma necessidade. Não valia qualquer dança, mas estilos considerados civilizados. Nada que se confundisse com as práticas populares, razão pela qual era necessário aprender a forma correta de bailar.

É interessante citar que, em 1854, foi lançado, sendo editado pela Laemmert, provavelmente o mais antigo manual de dança publicado no Brasil. Leiamos a descrição:

Arte da dansa de sociedade ensinada em lições claramente explicadas por meio de trinta e duas figuras gravadas e contendo além de contradanças gerais, das figuras da valsa, da polka, da schottisch e da redowa as marcas das contradanças provinciais e de várias outras inteiramente novas. (ZAMITH, 2011)

Nesse cenário, não surpreende que a dança tenha sido introduzida nas escolas, antes mesmo da ginástica e dos esportes. Vejamos, por exemplo, o caso do Colégio Pedro II. Já no primeiro regulamento previa-se no artigo 54: “As lições de Dança serão dadas nos dias de feriados aos Alumnos, cujos Pais houverem determinado que a aprendão” (BRASIL, 1838). Tratava-se de um curso à parte, ainda assim sendo digno de registro que tenha sido previsto.

O primeiro professor de ginástica dessa instituição, Guilherme Luiz de Taube, somente foi contratado em 1841. Frente à dificuldade de conseguir outro docente, quando ele deixou a instituição em 1843, o reitor, Joaquim Caetano da Silva, chegou a propor ao Ministério do Império:

Não sendo facil achar hum bom Mestre de gymnastica, e correndo os alumnos continuo risco, se elle sahir maó; com o mais profundo respeito tenho a honra de lembrar a V. Exc. a conveniencia de substituir-lhe hum Mestre de Dança (CUNHA JÚNIOR, 2008, p. 170).

5- Alguns exemplos: Recreio dos Militares, Harmonia dos Empregados Públicos, Sylphide, Minerva, Floresta, Cassino Americano, Dois de Dezembro, Assembleia Familiar Fluminense, Lísia, Vestal, Recreação Brasileira, Terpsicore, Uliásséa, Nova Eleusina, Amante do Recreio.

Como podemos notar, no espírito do tempo, dança e ginástica eram equiparados como estratégias de educação corporal no âmbito da prestigiosa instituição.

Com a Reforma Couto Ferraz (BRASIL, 1854), que estabeleceu novas normas para o ensino primário e secundário na corte, a dança se tornou obrigatória no Colégio Pedro II. Nas décadas de 1850 e 1860, a prática se manteve. Em 1865, por exemplo, havia 141 matriculados em suas turmas (80 do internato e 61 do externato), número superior à maioria das matérias, sendo que a aula era ministrada para todas as séries, por isso o número tão grande⁶. Cumpre ressaltar que somente nos anos 1870, seria suprimida da instituição (BRASIL, 1870).

A dança também era oferecida no ensino privado. Nas décadas de 1840/1850, entre as escolas masculinas, podemos citar: Colégio D'Instrução Elementar (futuro Colégio de Santa Cruz); Colégio de São Pedro de Alcântara; Liceu Comercial; Instituto Comercial (futuro Colégio Freese) e Liceu Rossmalen. Já entre as femininas, citamos: Colégio de Instrução e Educação de Meninas (futuro Colégio de Botafogo); Colégio de Meninas (Madame Lacombe); Colégio de Meninas da Baroneza de Geslin; Colégio Augusto; Colégio de Santa Cecília; Colégio Estrella; Colégio Madame Luiza Halbout; Colégio Emulação da Juventude; Colégio Madame Carolina; Colégio da Lapa e Colégio Miss Steinmetz. Atuavam como professores, nessas instituições ou oferecendo aulas em salas particulares: Antonio Maria Rioja Castolini, Carolina Caton, Francisca Farina, Francisco York, João José da Rocha, Julio Toussaint, Madame Lacombe, Miguel Vaccani Junior, entre outros.

Desde a década de 1820, frequentemente se apresentava a dança como um conteúdo das iniciativas educacionais. Por exemplo, em 1828, D. Tereza Fortunata da Silva informava que no

seu colégio de meninas havia “os seguintes ensinados ler, escrever, contar, gramática portuguesa, desenho, dança, coser, bordar, e marcar, etc.” (JORNAL DO COMMERCIO, 08/01/1828, p. 2). A prática também era oferecida como parte da educação masculina, como podemos ver nesse anúncio do mesmo jornal, em 17/01/1831 (p. 4):

[...] a cuja casa se poderá dirigir qualquer pessoa que quiser aprender, ou mandar ensinar a meninos quaisquer das preditas letras, ou qualquer das duas línguas. Os hábeis mestres poderão ensinar também as línguas latina, e alemã, a dançar e a desenhar.

Em muitos países aconteceu processo semelhante. Lousada (1998) informa que o mesmo ocorrera em Portugal, desde a transição dos séculos XVIII e XIX, tendo a dança se incorporado às exigências de educação, de homens e das mulheres, não mais só da aristocracia, como também de setores médios.

Este é um tema fascinante, que pretendemos aprofundar em outras ocasiões. Da mesma forma, vale investigar melhor as muitas sociedades que ofereciam os bailes. Esse artigo, contudo, é dedicado a discutir o olhar de José Maria da Silva Paranhos, analisando como esse notável personagem do Império teria se posicionado frente à febre de atividades dançantes e refletido a respeito das necessidades de comportamentos que deveriam ser adotados.

Uma febre dançante: os bailes no olhar de José Maria da Silva Paranhos

Não exagero dizendo que uma febre dançante se apossou do espírito, ou antes das pernas dos habitantes desta boa cidade do Rio de Janeiro. Por toda a parte e todos os dias ouve-se falar de bailes, uns com antecedência anunciados, outros de repente improvisados. Vai-se visitar a um conhecido velho, na intenção, após a tarefa do dia, de gozar alguns minutos de repouso, e eis senão quando acha-se um homem numa sala de dança. Se alguém vai à casa de um amigo para passar algumas horas em agradável prática, e esse amigo tem irmãs, filhas ou primas, acham-se lá dois homens que lhes possam

⁶- Confira Mappa das matriculas do Imperial Collegio de Pedro II, único estabelecimento publico de instrução secundaria, por matérias. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1740/000085.html>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

servir de vis-à-vis, improvisa-se imediatamente uma contradança. E como fugir a esta nova espécie de leva forçada? Pede-se com tanta graça, com palavras tão doces, que, a menos de faltar a todas as regras da civilidade fluminense, não há alternativa, é forçoso aceitar o convite e dançar muito risonho.
José Maria da Silva Paranhos

José Maria da Silva Paranhos não deixou passar despercebido esse movimento de valorização da dança no Rio de Janeiro de meados do século XIX. Para ele, tratava-se de um desdobramento da busca de sintonização com o continente europeu e da influência dos estrangeiros que chegavam ao país. Era um sinal de que a cidade passava por profundas mudanças e “perdia a inocência”: “O Rio de Janeiro tem mudado tanto, que custa a conhecê-lo” (PARANHOS, 13/01/1851). Seu olhar não era somente uma constatação, mas também uma celebração. Para ele, a sociedade da corte deveria aprender a se comportar como os povos “mais desenvolvidos”, adotando parâmetros de vida “mais civilizados”.

Paranhos percebeu que se diversificavam os divertimentos, tornando-se mais ativa a vida pública. Um dos indícios desse novo cenário seria a multiplicação das “sociedades de baile, de dança, musicais e dramáticas” (PARANHOS, 24/02/1851). Mesmo os problemas da cidade, o rigoroso clima e a epidemia de febre amarela não conseguiam aplinar o ímpeto dos que compareciam aos eventos promovidos por essas agremiações. O autor escreve em 24/02/1851: “não há calor nem febre que tenham o poder de intimidar os seus cavaleiros e as suas belas”.

O cronista não usava meias palavras para definir o que ocorria, a seu ver, na sociedade fluminense. Na crônica de 11/05/1851, escreveu:

Continua o furor bailante com tal intensidade, que se pode temer que daí venha a nascer alguma febre simples ou mista, conforme for só devida a alguma das três espécies – valsa, polca e contradança –, ou às suas possíveis combinações.

Era categórico, como podemos notar nesse trecho, escrito em 24/08/1851:

Nem mais, nem menos! Aqui executa-se a polca, acolá a contradança, mais adiante a valsa, e por toda a parte a graciosa e delicada schottisch, que muitos alteram a seu bel-prazer, sem se lembrarem que outrora a dança era uma arte, senão quase uma ciência.

Para Paranhos, não havia exceções, tratava-se de uma vaga que a todos envolvia, inclusive “aqueles sobre quem repousam os futuros destinos do país”, que “entregam-se a exercícios coreográficos, para não dizer ginásticos” (PARANHOS, 24/08/1851).

De forma ocasional, Paranhos, ao mobilizar a ideia de ginástica, uma prática que ainda era embrionária na sociedade fluminense, deixa transparecer que encarava a dança como um exercício corporal.

Devemos perceber que esse elogio à dança era simultaneamente motivo de júbilo e preocupação. Essa nova performance pública era fundamental para a sociedade, mas deveria ser experienciada de forma adequada, de maneira a efetivamente significar algo produtivo para a consolidação da nação, entendida, como já dissemos, a partir de parâmetros *civilizados*, isso é, inspirados em países que tinham aderido mais explicitamente ao discurso e ideário modernos.

Para nosso cronista, os eventos dançantes se constituíam mesmo no principal assunto da cidade. A chegada de um novo estilo de dança era comemorada como uma grande novidade. A *schottisch*, por exemplo, é enfaticamente saudada por ser mais adequada ao caráter dos brasileiros. Em mais de uma ocasião, aliás, Paranhos chegou a considerar um baile como o mais importante acontecimento da semana.

A cada atividade promovida, centenas de pessoas compareciam. O que tanto entusiasmava os amantes dos bailes? A dança em si, certamente, que gerava uma proximidade física ainda inusitada naquele momento. A possibilidade de ouvir boa música também. Todavia, eram bem mais amplos

os estímulos que envolviam essas ocasiões que movimentavam a sociedade fluminense.

Algumas motivações pareciam bem frugais, como sugere Paranhos ao observar, na crônica de 24/02/1851, o “grande número de gastrônomos que lá vão somente pelo cheiro dos sorvetes e dos sequilhos”, preparados pelas mais importantes confeitarias da cidade, como a Francioni, que assim anunciava: “Incumbe-se de qualquer função, e aluga todo o necessário para o serviço tanto da mēsa quanto para os bailes” (ALMANAK LAEMMERT, 1851, p. 388).

A Castellões não deixava por menos, publicando um anúncio ainda maior, no qual informava que possuía “o mais completo e variado sortimento de doces finos, tanto para chá, quanto para bailes, funções, etc.” (ALMANAK LAEMMERT, 1851, p. 388), um serviço que já há algum tempo era oferecido, como podemos ver no Laemmert de 1847 (p. 409): “O apreço que tem tido os doces de sua casa, lhe tem grangeado a fama publica, e a freguesia das sociedades Philarmonica e Assemblea Fluminense”.

Nosso cronista observou, no texto de 01/06/1851, de forma bem humorada, que esses atrativos gastronômicos por vezes interferiam no bom andamento dos bailes. Jovens, com “apetite e sede insaciáveis”, esqueceriam as danças, fazendo “uma guerra desapiedada aos sorvetes, aos canudos, aos pastéis, às empadas e aos sanduíches”. As soluções para “refrear esse terrível bando de cossacos” seriam: chamar a atenção dos pais; atrair-lhes o interesse pelo “belo sexo”; em último caso, desenvolver estratégias para despistar e enganar os “agressores”.

Claramente conclamava nosso cronista que se aprendesse a lidar com essa novidade, que de forma ambígua apresentava novas possibilidades de vivência social *pari passu* com novos rigores comportamentais. Esses acontecimentos aparentemente ingênuos se relacionavam a uma exigência que se impunha aos frequentadores dos bailes: a necessidade de saber se portar em público. Isso passava pela forma de se vestir, pelo domínio das técnicas de dança, mas também

pela maneira de se portar frente ao outro, notadamente porque havia uma nova personagem em cena: as mulheres, que não foram só partidárias, como também agentes importantes das mudanças em curso. Como colocado por Silva (2011, p. 52), a elas:

[...] deve-se uma parte importante do processo de modernização, europeização e afrancesamento do Rio de Janeiro, que iria contaminar paulatinamente as outras urbes brasileiras.

O aumento de sua presença social tumultuava a ordem dos desejos e dos procederes. Até mesmo por isso, muitas eram as críticas que pendiam sobre os bailes, por Paranhos, com a ironia de sempre, contestadas. Leiamos um trecho, da crônica de 11/05/1851:

Não imito o esdrúxulo filósofo dos nossos tempos que, em um baile, o que mais sentia era a dor que lhe causava a ideia da imensa quantidade de carneiros sacrificados à casquilharia das luvas de pelica. Não posso tolerar a hipocrisia com que certa presumida matrona, que já está entre duas idades, prega contra a licença das folias dançantes, e revestindo-se de toda a gravidade, diz que nem em sua livraria permite o contato dos autores machos com os autores fêmeas. Não aconselho que os nossos vigários imitem o cura de Bellebat, que, para evitar que nos festins houvesse alguma indecência, tocava ele próprio o violão e fazia dançar os seus paroquianos. Mas também não posso deixar de perguntar a certos rigoristas se quando eles pregam do púlpito contra a dança e os prazeres humanos, não os espera lá no refeitório um suculento jantar ou gorda ceia.

Havia também, é verdade, o oposto, uma expectativa de algumas famílias de que a frequência aos bailes pudesse gerar bons casamentos, postura igualmente ironizada por Paranhos:

Só as moças que aspiram ao ministério doméstico e desejam contribuir para o aumento legal da humanidade, é que vão perdendo de todo a fé nos tais bailes. (PARANHOS, 27/04/1851)

De toda forma, em vários momentos, o cronista defendeu uma maior liberdade feminina, para ele um sinal de que avançavam os costumes. Mais ainda, sugere que as atividades dançantes desempenhariam um importante papel:

Há mesmo quem pretenda que a educação das mulheres não se pode operar sem os bailes; que as mulheres criam-se no salão, como o general no campo da batalha, como o homem de ciência no gabinete, como o homem de Estado nos escritórios de jornal e nas discussões da tribuna. (PARANHOS, 27/09/1851)

Ao sugerir que os bailes eram fundamentais na educação da mulher sintonizada com os novos tempos, Paranhos enfrentava os que se apegavam ao passado. Todavia, não pensemos que tinha uma visão idílica dos eventos dançantes. Para ele, essas ocasiões não deveriam se tornar um vício. Chega a sugerir que as mulheres que se submetem “ao violento exercício coreográfico de dois, três e seis bailes por semana” (PARANHOS, 31/08/1851) acabam adquirindo uma má fisionomia. Mais ainda, preocupa-se com os elevados custos:

A sociedade fluminense está a tal ponto atacada da febre dançante e fascinada com os prazeres da comédia dos bailes, que começo a recear pela saúde e felicidade das belas, pelos fundos dos pais e pelo crédito comercial de muitos elegantes. (PARANHOS, 31/08/1851)

No seu modo de entender, os excessos poderiam até mesmo ser prejudiciais à saúde e “um veneno corrosivo da moral pública, da felicidade doméstica e da fortuna privada”:

Então o luxo e os prazeres, já não correspondendo às posses daquele que os quer ostentar e gozar, longe de serem lícitos e salutar, corrompem os bons costumes de uma família ou de uma nação morigerada, excitam a cobiça, acostumam às intrigas e às baixezas e solapam pouco a pouco os alicerces da probidade. (PARANHOS, 11/05/1851)

Trata-se de uma posição interessante. Ao propor uma distensão dos costumes, de forma alguma sugeria abandonar a moralidade pública. Muito pelo contrário, para não por em risco uma instância tão importante para o país que estava nascendo, dever-se-ia ter em conta os novos rigores que a nova dinâmica exigia. Por isso sua grande preocupação com a educação dos que iam aos bailes: se limites não fossem estabelecidos, perder-se-ia sua potencialidade.

De toda forma, o cronista exaltava os bailes, lembrando, inclusive, que tinham potencial econômico. Em 11/05/1851 escreveu:

[...] favorecendo o consumo dos objetos do tom ou de luxo, animam a indústria e o comércio, e tornam-se por este modo tão protetores do progresso material do país como provado fica que o são da sua civilização política e moral.

Lembra que, na alta temporada, a cidade entrava em polvorosa, como colocado na crônica de 27/04/1851:

Felizes cabeleireiros, alfaiates, lojistas, modistas, e o restante da legião de industriais suíços a serviço dos fashionables e das elegantes de todas as idades.

Para Paranhos, havia um ganho ainda maior – fortalecer elos entre distintos grupos. Em 11/05/1851, afirmou:

[...] reunindo debaixo do mesmo teto, e obrigando o saquarema e o luzia, o cabeludo e o liso, o cabano e o bentevi,

a dançarem na mesma sala e ao som da mesma orquestra, acostumam estas diferentes espécies de animais do Brasil a viverem sem se devorarem uns aos outros.

Deveria ser, assim, celebrada a costumeira presença de: “Todas as classes, todas as profissões nobres, todas as ciências, todas as opiniões ou personalidades” (PARANHOS, 18/08/1851).

Essa linha de argumentação, que tem relação com sua compreensão de que é necessário gestar uma sociedade forte e organizada, uma dimensão fundamental para garantir o futuro da nação, está presente das mais diferentes formas nas crônicas de Paranhos. Pode ser vista quando celebra as novas possibilidades de encontros entre homens e mulheres. Também quando comenta, com o entusiasmo de sempre, um baile promovido pelo Recreio dos Militares, no salão do Floresta.

O cronista julga que essas ocasiões ajudariam a fortalecer os laços entre militares e civis, atitude fundamental para garantir a defesa nacional. Além disso, considerava que era uma forma de suavizar a dureza da vida na caserna. Discordava, aliás, que a dança prejudicaria a preparação do combatente. Para ele, a marcialidade de algumas músicas até mesmo despertaria “os instintos guerreiros” e os tornaria “apaixonados da sua vida ativa e aventureira” (PARANHOS, 10/08/1851). Uma vez mais vemos nas posições de Paranhos a sugestão de que se tratava de uma contribuição para a educação do corpo, nos moldes que apresentamos na introdução.

Essa valorização da confraternização entre os diferentes é, de alguma forma, similar à sua posição a respeito do quadro político nacional, da necessidade de conciliação para o bem da nação, algo que se manifesta frequentemente em suas crônicas no *Jornal do Commercio*:

Nas Cartas ao amigo ausente, nota-se que a discussão de Paranhos, quase sempre, gira em torno da necessidade de um

acordo entre os partidos, em benefício dos melhoramentos técnicos e materiais do país. (FONSECA, 2007, p. 11)

Esse posicionamento ajuda-nos a compreender o seu entusiasmo com os eventos do Recreação Campestre. Para ele, era uma agremiação mais democrática, onde importantes personagens da sociedade nacional se permitiam contatos mais descontraídos, em um ambiente marcado por menos constrangimentos. Como escreveu em 01/06/1851: “O baile campestre é uma dessas concepções que imortalizam os seus autores”.

Enfim, Paranhos encarava os bailes como uma forma de *polir os costumes*, a fim de gestar o que ele chama de civilização popular. Há que se ter claro, todavia, quem desejava que integrasse essa confraternização. Não se tratava de propor uma comunhão entre elites e populares, mas sim entre os diferentes estratos das elites, como enumera em 24/08/1851:

Havia artistas, especieiros, comerciantes de pequeno e grosso trato, militares, médicos, advogados, deputados, senadores e ministros: os pequenos acotovelando-se com os grandes, e todos confundidos nesse utilíssimo e bem entendido sistema de igualdade.

Vejamos como, em outra ocasião, definiu os presentes em um baile:

Todas as classes aí estão representadas – as artes, as letras, a indústria, a lavoura e o comércio; o funcionário civil e o militar, grandes e pequenos, a inteligência e o dinheiro, o talento e a felicidade, o nacional e o estrangeiro. (PARANHOS, 21/09/1951)

Na verdade, Paranhos não desconsiderava os benefícios das danças para a população em geral, encarando-as, contudo, a partir de uma funcionalidade específica. A questão era educar os populares para que, de forma ordeira, suportassem seu destino. Leiaamos o que escreve em 29/06/1851:

Bem hajam os Prados, os teatros, os bailes, que contribuem com as festas da nossa bela e sublime religião para distrair o povo fluminense das aflições do presente, e fazê-lo caminhar ledado e cego para o futuro [...].

Os eventos dançantes abordados por Paranhos eram mesmo espaços privilegiados de encontros das elites, inclusive daqueles que, no âmbito da política, dirigiam os rumos do país. Ele, aliás, sugeria que “a quadra parlamentar coincide com a estação própria dos bailes nesta boa cidade”. (PARANHOS, 27/04/1851) É verdade que os clubes funcionavam o ano inteiro, mas o auge de suas atividades dava-se na ocasião em que a câmara e o senado estavam em plena atuação, quando personagens importantes de todo o país estavam reunidos na sede do Império. Segundo seu perspicaz olhar, os bailes complementavam (e mesmo integravam) as tarefas parlamentares, aproximando os representantes (entre si e com seus eleitores), amenizando as tensões da nação, contribuindo “poderosamente para as combinações da pequena e da grande política”. (PARANHOS, 18/05/1851)

Como colocado na crônica de 27/04/1851, o baile era a ocasião em que se poderia:

conversar ao som de uma galopada, estudar o espírito humano engolindo um canudo e sorvendo uma pirâmide de neve, e preparar a solução das grandes questões de Estado com o auxílio do encanto das belas, a fascinação das luzes, e as inspirações de uma orquestra.

Eram momentos em que se alinhavam os debates políticos.

Se a diplomacia considera os jantares como habilíssimos agentes internacionais, os ministérios e os pretendentes dizem que as *soirées* e os bailes são de uma grande força persuasiva para certos parlamentares (PARANHOS, 27/04/1851).

Paranhos chega a ironizar a intensa agenda dos parlamentares: não se podia privá-los de tamanho “fervor filarmônico-dançante-teatral”. Dessa forma, devia-se ter com eles certa tolerância, já que seria absurdo:

Exigir que, depois de uma vigília passada nas regiões agitadas e deslumbrantes da *schottisch* [...], um digno representante se levante ao alvorecer, e pálido, lasso e ainda desacordado pelas emoções da véspera, se mergulhe numa atmosfera glacial e úmida. (PARANHOS, 28/07/1851)

Vejamos que, mesmo com os bailes públicos ocupando progressivo espaço, ainda seguiam existindo as atividades privadas, que reuniam a *finis flor* da sociedade fluminense. Paranhos narra uma dessas reuniões, realizada na casa do oficial-maior da secretaria dos negócios estrangeiros, em que estiveram presentes:

[...] o ministro desta repartição, o da Guerra, todo corpo diplomático, inclusive os adidos, vários conselheiros de Estado e deputados, oficiais das Secretarias de Estado e muitos outros [...] 43 pessoas do sexo feio e 37 do belo sexo. (PARANHOS, 06/07/1851)

A despeito do perfil dos convidados, “Contradançou-se, *schottischou-se* à larga”. Da mesma forma, ainda que com frequência reduzida, o Imperador Pedro II progressivamente foi tornando-se mais recluso, volta e meia acontecia algum baile promovido pela família imperial, ocasião sempre celebrada e aguardada com ansiedade.

Dançava-se por todos os lados, razão pela qual todos deveriam aprender não só a dançar, mas fundamentalmente como se comportar nessas ocasiões. Tratava-se de uma exigência tendo em conta as necessidades da nação, segundo o olhar de Paranhos.

Conclusão

O fim da temporada parlamentar e o aumento da temperatura funcionavam como senhas para que houvesse um intervalo na intensidade dos eventos sociais. Na crônica de 12 de outubro de 1851, ele escreveu: “Era tempo de remitir a febre dançante, de dar algum descanso à alma e ao corpo, e cuidar de distrações menos agitadas”. Reduzia-se o frenesi: “Eclipsa-se o sol dos bailes, desaparecem as grandes ilusões do mundo político”. Para Paranhos, a cada uma dessas sessões, a sociedade fluminense modificava-se:

A nossa sociedade já vai compreendendo que se pode amar o teatro, a música, a poesia, e até ser elegante e agradável ao belo sexo sem que o homem se torne incapaz de trabalhos sérios, de exercer as mais elevadas como as mais difíceis funções civis. Os homens de porte homérico e semblante socrático, para quem a dança é uma puerilidade, a música uma distração nociva e a poesia um desarranjo mental, já estão menos suscetíveis, menos inexoráveis, e até não é raro ver uma dessas figuras equestres de vis-à-vis com algum dandy dançando uma contradança, ou toda embasbacada a aplaudir os triunfos de uma bela e maviosa cantora. Já era tempo de perdermos esses preconceitos. (PARANHOS, 12/10/1851)

É interessante notar o quanto o olhar de Paranhos a respeito dos bailes tem relação com sua percepção e mesmo entusiasmo com o momento pelo qual passava a sociedade brasileira; mais ainda, com seus projetos para a nação. As atividades dançantes eram tanto celebradas como expressão dos novos tempos quanto compreendidas como agências educacionais, *polindo os costumes*, ensinando a conviver, em um mesmo espaço, homens e mulheres, militares e civis, aristocratas e envolvidos com os novos negócios, parlamentares de distintos partidos.

Devemos prospectar essas posições na trajetória do cronista. O que sugere Fontana (2012, p. 5) ajuda-nos a pensar:

Jose Maria da Silva Paranhos vive e constrói sua identidade política num período de grandes mudanças e de passagem à modernidade. O contexto de entrada do liberalismo nos círculos intelectuais e maçônicos o faz conjugar tradições “arcaicas” e aspirações modernas, numa tentativa de moderação que o acompanhará por toda sua vida. Num momento onde o tempo histórico parece acelerar-se, [...], assim como muitos de sua geração, (apropriou-se) de elementos conservadores e liberais, dentro de um processo de circulação de ideias próprio do período. Vivenciou os conflitos e contradições típicas da modernidade, sentindo as rupturas e permanências do período, sendo liberal e conservador, progressista e tradicional.

Os bailes eram indicadores de uma sociedade mais livre, mas cuja liberdade deveria ser vivida com limites. Tratava-se, de fato, de um processo de educação do corpo que pode ser entendido a partir das três faces da experiência corporal propostas por Vigarello (2003):

- a educação do físico (*princípio da eficácia*) – a necessidade de conhecer certas técnicas *civilizadas*, que passaram a ser, inclusive, ensinadas na escola, não devendo se confundir com as danças *voluptuosas* típicas dos populares;
- a educação do espírito (*princípio da propriedade*) – havia um conjunto de comportamentos considerados socialmente adequados que deveriam ser aprendidos, marcando a diferença com a *falta de moralidade* que supostamente reinava nos espaços populares;
- a educação para a inserção em coletivos maiores (*princípio da identidade*) – tudo isso deveria ter em conta gerar uma sociedade civil, especificamente uma elite, tão necessária para a consolidação da nação.

A dança não era, portanto, somente um divertimento. Era um sinal dos novos tempos, produto e, esperava-se, produtora de uma nova dinâmica social. Uma exigência social, devendo, portanto, ser motivo de educação. Uma educação do corpo, dos sentidos, das sensibilidades.

Referências

ALMANAQUE LAEMMERT. **Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak_djvu.htm>. Acesso em: 26 nov. 2013. Editado por Eduardo Laemmert e Heinrich Laemmert. Rio de Janeiro.

BRASIL. Regulamento n. 8 de 31 de janeiro de 1838. Contém os Estatutos para o Colégio de Pedro II. **Coleção de leis do Brasil de 31/12/1838**. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=71028&norma=87243>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

_____. Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do município da Corte. **Coleção de leis do império do Brasil – 1854**. Rio de Janeiro, p. 45, v. 1, pt. I. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

_____. Decreto nº 4.468, de 1º de Fevereiro de 1870. Altera os regulamentos relativos ao Imperial Collegio de Pedro II. **Coleção de leis do império do Brasil - 1870**, p. 67. Rio de Janeiro, v. 1, pt. II. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4468-1-fevereiro-1870-552830-publicacaooriginal-70377-pe.html>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

CARDOSO, Lino de Almeida. **O som e o soberano: uma história da depressão musical carioca pós-abdicação (1831-1843) e de seus antecedentes**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CARVALHO, José Murilo. Introdução: as marcas do período. In: CARVALHO, José Murilo (Coord.). **História do Brasil nação (1808-2010)**. v. 2. A construção nacional (1830-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 19-36.

CAVALCANTI, Nireu. **Crônicas históricas do Rio colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. In: CARVALHO, José Murilo (Coord.). **História do Brasil nação (1808-2010)**. v. 2. A construção nacional (1830-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 37-82.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. **Imperial Collegio de Pedro II: o ensino secundário da boa sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

EWALD, Ariane P. **Fragmentos da modernidade nas crônicas folhetinescas do Segundo Reinado**. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

FONSECA, Brenda Coelho. Trajetória e ascensão social de José Maria da Silva Paranhos: o jornalismo como estratégia (1850-1851). SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER. (4. São Luís: UEMA, 2007). **Intelectuais**. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/curso/estado_poder/13.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2013.

FONTANA, Laura Roberta. Locais de sociabilidade e inserção política no Segundo Reinado: José Maria da Silva Paranhos. SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER, 7., Uberlândia: UFU, 2012, **Sociedade Civil**. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snp/docs/053.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2013.

HAMOND, Graham Eden. **Diários do Almirante Graham Eden Hamond**. Rio de Janeiro: JB, 1984.

JUNQUEIRA, Júlia Ribeiro. **Jornal do Commercio: cronista da história do Brasil em 1922**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LOUSADA, Maria Alexandre. Sociabilidades mundanas em Lisboa – partidas e assembleias, C. 1760-1834. **Penélope**: Estudos, n. 19-20, p. 129-160, 1998.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. Como é possível educar Sentidos e sensibilidades? In: _____ (Org.). **Sentidos e sensibilidades**: sua educação na história: Curitiba: Editora UFPR, 2012. p. 7-20.

PARANHOS, José Maria da Silva. **Cartas ao amigo ausente**. Rio de Janeiro: ABL, 2008.

_____. Cartas ao amigo ausente. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro. (Publicação entre dez. 1850 – out. 1851).

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Faperj, 2002.

PINHO, Wanderley. **Salões e damas no Segundo Reinado**. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

REMOND, René. Do político. In: _____. (Org.). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 441-450.

RODRIGUES, José Honório. Explicação. In: PARANHOS, José Maria da Silva. **Cartas ao amigo ausente**. Rio de Janeiro: ABL, 2008. p. ix-xxxix.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do Imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Alberto da Costa e. População e sociedade. In: SILVA, Alberto da Costa (Coord.). **História do Brasil Nação (1808-2010)** – v. 1– Crise colonial e independência (1808-1830). Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 35-74.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

_____. **A Gazeta do Rio de Janeiro, 1808-1822**: cultura e sociedade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

SOARES, Carmen Lúcia. Corpo, conhecimento e educação: notas esparsas. In: _____ (Org.). **Corpo e história**. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 109-129.

VIGARELLO, Georges. A história e os modelos do corpo. **Pró-Posições**, Campinas, v. 14, n.2, p. 21-29, maio/ago., 2003.

ZAMITH, Rosa Maria. **A quadrilha, da partitura aos espaços festivos**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2011.

Recebido em: 24.04.2013

Aprovado em: 11.09.2013

Victor Andrade de Melo é professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro.